

Conflito aparente entre os delitos ambientais e os crimes patrimoniais

Ari Madeira Costa*

Certa vez, enquanto analisava uma ação criminal corrente na Subseção Judiciária de Imperatriz/MA, chamou-me a atenção o fato de ter sido noticiada na

denúncia a queimada ilegal de uma área equivalente a 2 ha (dois hectares) de capoeira, pertencente a uma pessoa jurídica de direito público interno, sendo que a conduta do réu foi tipificada como dano qualificado (CP art.163, III).

“Em que pese à tese de prevalência dos crimes patrimoniais em relação aos delitos ambientais, sustentada pela acusação no processo antes referido, a jurisprudência mencionada acima se ajusta tão-somente às hipóteses em que os danos ao meio ambiente se apresentam como meio de execução dos crimes patrimoniais do CP, quando deve ser aplicado o princípio da consunção para excluir o primeiro.”

Sustentou-se, ainda, acerca dos fatos, que somente estaria tipificado o crime contra o meio ambiente, caso a queimada fosse praticada contra flora inserida em terras particulares. É que, como a conduta do agente foi voltada contra espécimes vegetais localizadas em terras públicas, dever-se-ia dar maior ressonância ao crime contra o patrimônio, em tese, também existente.

Arrimando estas razões, a acusação destaca excerto de acórdão do STF: *a subtração de pinheiros, através de seu corte do solo e transporte, configura, em tese, o delito de furto. Os acessórios do imóvel, uma vez mobilizados, constituem objeto do crime de furto. Importa à imputação*

* Oficial-de-Gabinete da Justiça Federal na Subseção de Imperatriz/MA e recém-aprovado para ingresso na carreira do MP do Estado de Mato Grosso.

que se trate de coisa móvel alheia relativamente ao acusado (STF-RHC-Rel. Soares Muñoz-RT 581/441).

À primeira vista, a conduta do agente parece estar tipificada em mais de um dispositivo legal. É o que procuro demonstrar abaixo:

O preceito primário do CP, art. 163, inciso III, está vazado nas seguintes expressões: *Destruir, inutilizar ou deteriorar coisa alheia: III – contra o patrimônio da União, Estado, Município, empresa concessionária de serviços públicos ou sociedade de economia mista.*

Por sua vez, o art. 41 da Lei 9.605/98, ao dispor sobre os crimes contra a flora, considera crime a conduta de *provocar incêndio em mata ou floresta.*

Como se sabe, esse fenômeno consiste na não-incidência de uma lei geral em virtude de uma outra lei que contém os chamados elementos especializantes.

Com efeito, Zaffaroni e Pierangeli, assertoam que a especialidade é *um fenômeno que tem lugar em razão de um fechamento conceitual, que um tipo faz do outro e que pressupõe uma relação de subordinação conceitual entre os tipos* (Zaffaroni, Eugênio Raúl e Pierangeli, José Henrique. Manual de Direito Penal Brasileiro – Parte Geral. 2ª ed. rev. e atual., São Paulo: RT, 1999, p. 734).

Entendo, com isso, que o art. 41 da Lei 9.605/98 afasta as disposições do Código Penal, em razão daquele fechar (especializar,

direcionar) o conceito de *destruição de coisa alheia*, relacionado-o com as *condutas lesivas ao meio ambiente*. Isto porque, enquanto o objeto jurídico do crime de dano é a propriedade de coisas móveis e imóveis, os bens protegidos por aquela norma são os seus recursos naturais renováveis e a administração ambiental.

Em que pese à tese de prevalência dos crimes patrimoniais em relação aos delitos ambientais, sustentada pela acusação no processo antes referido, a jurisprudência mencionada acima se ajusta tão-somente às hipóteses em que os danos ao meio ambiente se apresentam como meio de execução dos crimes patrimoniais do CP, quando deve ser aplicado o princípio da consunção para excluir o primeiro. À guisa de exemplo, pode ser citada a conduta de quem corta árvores de floresta considerada de preservação permanente (Lei 9.605, art. 41), com a intenção de subtraí-las para si ou para outrem (CP art. 155).

Sendo assim, pode-se afirmar que a queimada (Lei 9.605, art. 41), em si, já representa o crime-fim, não servindo como meio de execução do crime contra o patrimônio; daí com o sumário apresentado, concluir-se pela aplicação do princípio da especialidade, para afastar a tipificação da conduta noticiada nos autos no crime de dano qualificado.

Percebe-se, assim, a existência de um *conflito aparente de normas* que deve ser resolvido pelo princípio da especialidade.